



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
03 DE FEVEREIRO DE 2015

N.º 03/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes,
Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----


HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Eleitos Locais – Ajudas de Custo e Subsídio de Transporte.....	3
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	3
3 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	4
4 – Loja n.º5 do Fórum de Atividades – Hasta Pública.....	4
5 – Nomeação do Comandante Operacional Municipal – Fixação da Remuneração Mensal	5
Tesouraria	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de janeiro de 2015	7
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
7 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	7
8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Fernando Ferreira dos Santos Cabral – Cumieira.....	8
DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
9 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido de Comparticipação Financeira.....	10



ANTES DA ORDEM DO DIA

**Eleitos Locais – Ajudas de Custo e Subsídio
de Transporte**

----- 1 – No seguimento do parecer emitido pela CCDRN – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento do Norte, solicitado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativo ao pagamento das ajudas de custo e subsídio de transporte a atribuir aos eleitos locais em regime de não permanência e aos membros das Assembleia Municipal, quando se deslocarem, por motivo de serviço, para fora da área do município ou para assistirem às reuniões ordinárias e extraordinárias do respetivo órgão, cuja cópia foi fornecida aos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente da Câmara, informou o seguinte: -----

----- *“De acordo com o referido parecer, a regra, no que concerne ao subsídio de transporte é, assegurar através dos próprios meios do município, o transporte a quem dele tenha necessidade por razões de serviço (funcionários ou outras entidades em missão oficial que implique deslocação, ou direito atribuído por lei, em razão do exercício de certas funções ou determinados cargos).” -----*

----- *“Assim, o Município irá disponibilizar, a partir desta data, o transporte, em viatura do serviço, ao Senhor Vereador do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos, sempre que o mesmo tenha necessidade de se deslocar do e para o seu domicílio, para as reuniões do executivo municipal.” -----*

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 2 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----



----- "Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.ª os atos celebrados nos meses de **dezembro de 2014**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma." -----

----- Alterações Orçamentais: -----

----- 1 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 13 de janeiro de 2015. -----

----- 2 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 28 de janeiro de 2015. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Loja n.º5 do Fórum de Atividades – Hasta Pública

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- "Por Contrato de Concessão do Direito de Ocupação, celebrado em 13 de Março de 2007, mediante hasta pública, foi atribuído pelo período de 8 anos, o direito de ocupação da loja nº 5



do Fórum de Atividades, à senhora **Laura da Conceição Fontelas Leandro Soares**, onde funciona uma Retrosaria e Costura. -----

----- Assim, a partir do mês de Março de 2015 termina o direito de ocupação, conforme o que dispõe o n.º 8 do artigo 27.º do Regulamento (antigo Mercado Municipal). -----

----- Esta informação deverá ser presente à Câmara Municipal, para deliberar no sentido de, se assim julgar conveniente (n.º 8 do artigo 27.º do referido Regulamento), proceder à arrematação em hasta pública e fixar o valor base da licitação." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à realização da hasta pública para atribuição da concessão do direito de ocupação da loja n.º 5 do Fórum de Atividade, bem como fixar a base de licitação em 1.000,00€ (mil euros).** -----

Nomeação do Comandante Operacional Municipal – Fixação da Remuneração Mensal

----- 5 – Presente à proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Considerando que: -----

----- A Lei n.º 65 /2007, de 12 de novembro, na sua atual redação, define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e determina as competências do Comandante Operacional Municipal (COM); -----

----- O artigo 6.º do diploma legal acima referenciado estatui que o Presidente da Câmara Municipal é a autoridade municipal de proteção civil; -----

----- Os n.ºs 1 e n.º 4 do artigo 13.º da supra citada Lei, consagram que em cada município deverá haver um COM, o qual é nomeado de entre o universo de recrutamento que a lei define para os Comandantes Operacionais Distritais; -----

----- Segundo o n.º 2 do referido artigo 13.º, o COM depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, a quem compete a sua nomeação; -----

----- As competências do COM encontram-se elencadas no artigo 14.º do diploma em apreço; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 3 de 03 de fevereiro de 2015



----- De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, na redação atual, o recrutamento dos Comandantes Operacionais Distritais é feito, de entre indivíduos, com ou sem relação jurídica de emprego público, que possuam licenciatura e experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções; -----


----- Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, os municípios deveriam adaptar os seus serviços ao regime previsto neste último diploma legal, no prazo de 180 dias, o que não se verificou até à presente data; -----

----- Atenta à realidade específica do Município de Santa Marta de Penaguião, urge concretizar e consolidar as estruturas de proteção civil municipal; -----

----- A verba a despendar com a referida nomeação encontra-se prevista na rubrica 020109. -----

----- Nesta conformidade e atendendo a que a Lei não estabelece remuneração para o cargo de Comandante Operacional Municipal, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de fixar o nível remuneratório 19 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, correspondente à 3.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, no valor de 1.407,45€, do Comandante Operacional Municipal de Santa Marta de Penaguião, a nomear nos termos do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na redação atual." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, fixar o nível remuneratório 19 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, correspondente à 3.ª posição remuneratória da categoria de Técnico Superior, no valor de 1.407,45€, do Comandante Operacional Municipal de Santa Marta de Penaguião, de acordo com proposta apresentada.** -----



Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de janeiro de 2015

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de janeiro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	29/01/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	344 120,95
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	205 894,85
Operações de tesouraria			Capital	138 226,10
			(*) Compromissos	7 837 353,65
Receitas Orçamentais		495 719,02	Operações de tesouraria	24 015,43
Correntes	457 838,02		Saldo para o dia seguinte:	783 610,06
Capital	37 881,00		Execução orçamental	755 075,87
Operações de tesouraria		26 484,16	Operações de tesouraria	28 534,19
Total		1 151 746,44	Total	1 151 746,44

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34. do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma,



referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de janeiro que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

---- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º
da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Fernando Ferreira
dos Santos Cabral – Cumieira**

---- 8 – Presente à reunião requerimento do Senhor Fernando Ferreira dos Santos Cabral na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. ----

---- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

---- “1. INTRODUÇÃO -----

---- Através do requerimento supra identificado, o Sr.º Fernando Ferreira dos Santos Cabral, na qualidade de proprietário, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

---- 2/9 indivisos do prédio rústico, sito no lugar do Morno, Nogueirinha e Beçadinha, com a área de 66996 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 29-F, da Freguesia da Cumieira, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 149. -----

---- 2. PARECER -----

---- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

---- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----



----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
29-F	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços Florestais de Produção

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente aumentar o n.º de compartes na proporção de 1/9 indivisos do prédio rústico infra: para cada um dos seguintes Adelino Manuel Moura Cardoso e Nuno Ricardo Tavares Cardoso. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a ampliação de compartes no artigo 29-F, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----

124

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

**A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento –
Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registado sob o n.º 63 de 09 de janeiro, dando conhecimento da realização de 6 evento, nomeadamente, Teatro, Concerto de beneficência, Zumba Solidário, Karaoke Solidário, Noite de Fados e Rifas, organizado pelas 5 IPSS'S do Concelho. Nesta conformidade, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 250,00 (duzentos e cinquenta euros). O Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, ausentou-se na discussão e votação deste ponto.**

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)